



PAGE

PAISAGENS AGRÍCOLAS E ALIMENTARES
COM GERAÇÕES DE MULHERES INOVADORAS



Por que insistimos num modelo de certificação que exclui quem mais protege a terra?

Esta exposição estratégica analisa a antítese estrutural entre as agendas de sustentabilidade e os atuais protocolos de certificação de terceira parte, cuja onerosidade e complexidade burocrática resultam na exclusão sistemática da agricultura familiar.

No âmbito do projeto PAGE, sob a coordenação técnica do IPV-ESAV, a abordagem aos Sistemas Participa-

tivos de Garantia (SPG) apresenta-se como uma solução estratégica e uma inovação social necessária para o desenvolvimento rural. O texto demonstra como os SPG funcionam como uma "nova forma de extensão rural", promovendo a transparência, a confiança mútua e a valorização do saber tradicional e da memória biocultural que caracterizam os produtos locais. Por

consequente, fundamenta a importância de transitar para modelos de certificação horizontais e comunitários que fortaleçam as economias locais e os circuitos curtos de comercialização, garantindo que a valorização do território resulte em benefícios diretos para as comunidades rurais e para a soberania alimentar.

A identidade do território nacional

encontra-se intrinsecamente ligada às suas produções locais, as quais resultam de uma interação secular entre sistemas agrícolas, recursos naturais e saberes tradicionais. Estes produtos, caracterizados pela utilização de matérias-primas autóctones e processos menos industrializados, desempenham um papel vital na proteção ambiental, conservação da biodiversidade e segurança alimentar. Simultaneamente, respondem a uma procura crescente por alimentos genuínos e saudáveis, assumindo uma função estratégica no reforço das economias locais e na preservação da memória biocultural.

Contudo, a valorização desta produção enfrenta uma contradição estrutural: embora o discurso público privilegie a sustentabilidade e a agroecologia, o modelo de certificação vigente foi desenhado para a escala industrial e os mercados globais. Esta realidade acaba por marginalizar a agricultura familiar, cujos produtores são os legítimos guardiões do património rural. O atual sistema de terceira parte - que inclui certificações como a agricultura biológica convencional ou a Global G.A.P. - tornou-se um obstáculo económico e burocrático intransponível para a pequena escala.

As fragilidades do modelo convencional podem ser sintetizadas em três dimensões críticas: i) Custos e complexidade: os elevados encargos financeiros e a exigência técnica das auditorias externas são incompatíveis com a capacidade da agricultura familiar; ii) Padronização excessiva: a lógica uniforme das auditorias desconsidera as especificidades territoriais e as dinâmicas sociais das comunidades; e iii) Exclusão estrutural: o sistema reforça a desigualdade ao limitar o acesso a mercados diferenciados, perpetuando a marginalização de atores essenciais para a resiliência do território.

"Os Sistemas Participativos de Garantia funcionam como motores de inovação social, promovendo a inclusão da agricultura familiar e valorizando práticas agroecológicas (...) é fundamental transitar para modelos que valorizem não apenas o produto, mas o processo social e o território rural que lhe dá vida"

Perante este cenário, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) surgem como uma mudança de arquétipo fundamental. Diferente do modelo vertical e impessoal da certificação de terceira parte, os SPG estruturam-se numa lógica horizontal e comunitária, fortemente enraizada no território. Nestes sistemas, a avaliação da qualidade é realizada entre pares, promovendo a proximidade, a confiança mútua e a transparência. A participação ativa de produtores, consumidores, academia e poder local numa plataforma colaborativa torna todos os intervenientes corresponsáveis pelo controlo da qualidade.

Os benefícios desta abordagem transcendem a mera garantia técnica. Os SPG funcionam como motores de inovação social, promovendo a inclusão da agricultura familiar, valorizando práticas agroecológicas e reforçando a autonomia económica dos produtores. Além disso, atuam como catalisadores de circuitos curtos de comercialização,

garantindo o acesso a alimentos frescos de origem conhecida e fortalecendo a coesão social entre o mundo rural e o urbano.

Apesar do seu potencial, os SPG enfrentam em Portugal barreiras significativas, nomeadamente a ausência de reconhecimento formal e a falta de financiamento estruturado. É, por isso, imperativo um compromisso político que integre estes sistemas em instrumentos de política pública, como o PDR 2030 e o DLBC/LEADER, criando mecanismos legais compatíveis com o quadro europeu.

Deste modo, para construir um mundo rural vivo e resiliente, a adoção dos SPG deixa de ser uma opção marginal para se tornar uma necessidade estratégica. É fundamental transitar para modelos que valorizem não apenas o produto, mas o processo social e o território rural que lhe dá vida. ■

João Amilcar, Agrónomo, Investigador IPV
- ESAV, ONGD ACTUAR



CONSÓRCIO

